

CAPÍTULO 4

As razões da Bíblia: regras alimentares hebraicas

por
Jean Soler

“Uma terra onde corre leite e mel”: é essa expressão, muitas vezes retomada na Bíblia, que os hebreus utilizam para designar a terra que o deus deles lhes prometeu. Nessa fórmula emblemática, é em relação à comida, aos recursos alimentares, que se define a terra prometida. No entanto, é preciso decifrar o sentido da imagem, pois ninguém viu fontes de mel nem de leite.

A expressão aparece, pela primeira vez, no livro do Êxodo (Ex 3, 8). Entre a saída do Egito e o estabelecimento em Canaã, os hebreus erram no Sinai durante quarenta anos. Na aridez do deserto, com seus animais mirrados, eles sonham com uma terra onde a água jorre. Como lá a água é abundante, o pasto para os animais também é, da mesma forma que o leite para os homens. As abelhas encontram uma grande quantidade de flores e fazem mel por toda parte, nas cavidades das rochas, em troncos de árvores, à beira dos riachos. O que jorra não é nem mel nem leite, é água. Mas a água conduz ao resto, tanto no real como na língua. A Terra prometida é o anti-deserto.

Ela também é o anti-Egito. A terra de onde se vem é fértil, mas lá não chove. O cultivo deve tudo ao Nilo, à sua enchente misteriosa que ocorre, com mais ou menos força, em pleno verão. Se ela demora a acontecer ou é fraca demais, vem a fome. Em um sonho do faraó, interpretado pelo hebreu José (Gn 41), a fome anunciada é simbolizada pelas vacas “magras”, quer dizer, sem gordura nem leite. Na Palestina, ao contrário, a água vem do céu para alimentar fontes e regatos. É uma bênção do Altíssimo, um sinal e uma prova de que esta terra foi escolhida para o povo eleito:

“A terra para a qual vós ides, a fim de tomardes posse dela, é uma terra de montes e vales, que bebe as águas da chuva do céu, uma terra de que o Senhor, teu Deus, cuida” (Dt 11, 11-12).

Uma terra “de leite e mel”: o leite é o alimento básico desses nômades em que os hebreus se transformaram; quanto ao mel, em uma civilização que desconhece o açúcar, equivale a nossas guloseimas e sobremesas. Ele representa a doçura da vida.

Os hebreus imaginam, com mais detalhes, o que a Terra prometida produz, sempre graças à chuva:

“Agora que o Senhor, teu Deus, vai te introduzir numa terra boa, terra cheia de ribeiros de água e de fontes profundas que jorram no vale e na montanha, terra de trigo e cevada, de vinhas, figueiras e romãzeiras, terra de oliveiras, de azeite e de mel [...] tu comerás e ficarás saciado” (Dt 8, 7-10).

Ao leite dos pastores (e seus derivados, a manteiga e o queijo), a Bíblia acrescenta árvores e plantas cultivadas pelos sedentários. Em primeiro lugar, cereais para fazer pão: a cevada, que se colhe em abril, e o trigo, que se corta de maio a junho. Em seguida, são citadas as vinhas: as uvas podem ser consumidas quando frescas ou secas, mas, sobretudo, elas servem para fazer vinho. O mesmo acontece com as oliveiras: seu fruto serve, principalmente, para a obtenção do azeite. Duas outras frutas, típicas daquela região, ainda são mencionadas: o figo e a romã.

Quando Moisés envia doze homens, um de cada tribo, para “explorar a terra de Canaã”, eles voltam dessa missão de espionagem com “romãs e figos”, bem como — que prodígio — com “um cacho de uvas” tão grande que são necessários dois homens para carregá-lo, amarrado numa vara (Num 13, 23).

É essa a terra com que sonham os israelitas (descendentes de Jacó, também chamado de Israel), quando erram no deserto. O Paraíso, então? A redescoberta do jardim do Éden? Sim e não. Segundo a narrativa bíblica, Moisés, o mesmo homem que os conduzirá à Terra prometida, já ditou normas para restringir (e, até, proibir totalmente) este ou aquele alimento que os espera lá, no final da travessia. O suco das uvas que, no entanto, “alegra o coração do homem” (Sl 104, 15), é alvo de suspeita. Os sacerdotes não terão direito de beber vinho, nem durante o culto, nem antes da celebração (Lev 10, 9-11). O mel não poderá ser oferecido como oblação ao Senhor (Lev 2, 11). Até mesmo o leite dá margem a uma proibição, aparentemente secundária, mas, na realidade, muito forte (ela é enunciada três vezes) e destinada a se ampliar consideravelmente: “Não cozerás o cabrito no leite de sua mãe” (Ex 23, 19 e 34, 26; Dt 14, 21).

Mas, acima de tudo, é a proibição de consumir algumas carnes que caracteriza as leis de Moisés. Na linha de frente dos animais pros-

critos, a opinião corrente, mesmo no mundo judaico, coloca o porco. Na realidade, a Bíblia só o cita como um animal entre outros. É somente ao longo dos séculos que ele vai aparecer como o animal amaldiçoado por excelência. O motivo que, em geral, se apresenta para explicar essa proibição é o fato de que a carne de porco mal passada pode transmitir uma doença grave, a triquinose. Mas daí a atribuir às leis alimentares razões de ordem médica... No entanto essa hipótese não se sustenta, pois ela pressupõe que os hebreus fossem dotados de um saber que, na realidade, não tinham (nem mesmo havia médicos entre eles) e que fossem mais perspicazes que os seus vizinhos e contemporâneos, os egípcios, mesopotâmicos, ou gregos, que criavam porcos e, muito freqüentemente, os sacrificavam. Ora, só se oferecia aos deuses o que se tinha de melhor. Além do mais, se a explicação fundada em razões de higiene era válida para o porco, ela deveria se aplicar aos outros animais proibidos, o camelo por exemplo, que, na época, era consumido (e ainda é) pelos árabes nômades, sem que ninguém afirmasse que sua carne poderia ser perigosa. Finalmente, a Bíblia não faz qualquer alusão a considerações de ordem médica. O porco deve ser proscrito “porque apesar de ter o casco fendido, partido em duas unhas, não ruma” (Lev 11, 7). A explicação está toda aí.

Se as proibições alimentares da sociedade hebraica têm uma racionalidade, é lendo atentamente a Bíblia que podemos descobri-la.

OS ANIMAIS COMESTÍVEIS

A classificação dos animais em autorizados e proibidos originou dois capítulos, sendo que o segundo é apenas uma versão abreviada do primeiro (Lev 11 e Dt 14). Moisés apresenta essas distinções como parte da revelação que o Senhor lhe fez no Sinai. Ele não expõe nenhum princípio explicativo. As espécies que devem ser evitadas são chamadas de “impuras”. Os pássaros são enumerados sem comentários. Por outro lado, explicitam-se alguns critérios para que se reconheçam os animais terrestres considerados como “puros”: eles devem ter o “casco fendido”, “partido em duas unhas” e devem “ruminar”; quanto aos peixes “puros”, eles devem ser dotados de “barbatanas” e de “escamas”.

Os critérios escolhidos para distinguir os animais “puros” referem-se principalmente aos órgãos de locomoção: as patas para os animais terrestres, as barbatanas para os aquáticos. É que os animais, diferentemente dos vegetais, receberam como propriedade particular a faculdade de se deslocar, que caracteriza o ser “vivo”. Os animais

“puros” devem se locomover. São, então, proscritos os animais aquáticos que se fixam no fundo das águas ou nas pedras. A Bíblia não cita exemplos mas, logicamente, a tradição judaica proíbe todos os mariscos. Do mesmo modo, os animais terrestres desprovidos de patas são declarados impuros: “Todo réptil que anda de rastos sobre a terra é imundo, não se comerá” (Lev 11, 41). Mesmo sendo móveis, os répteis não têm um órgão de locomoção. Essa anomalia é concebida como sendo um mal e, mais precisamente, como o resultado de uma maldição, se nos reportamos ao mito do Gênesis, quando Deus puniu a serpente, culpada de ter conduzido o primeiro casal humano, recém-criado, à desobediência: “Porque fizeste isso, és maldita entre todos os animais e todas as feras selvagens! Caminharás sobre o teu ventre e comerás poeira todos os dias de tua vida” (Gn 3, 14).

Assim, só são comestíveis os animais que possuem órgãos de locomoção. No entanto, dentre estes, nem todos são comestíveis. Nos capítulos que tratam dos animais puros e impuros, as espécies são divididas em três grupos, segundo o meio em que vivem: a terra, a água, o ar. Cada grupo tem seus órgãos característicos, a que correspondem modos específicos de locomoção: os animais terrestres andam, os aquáticos nadam, os pássaros voam. Na concepção hebraica, os animais terrestres são feitos para andar e têm patas para isso; os peixes têm barbatanas para nadar; os pássaros, asas para voar.

A relação entre os animais e seu meio é tanto mais forte quanto se considera que Deus criou as diferentes espécies a partir de cada um dos três elementos: “Fervilhem as águas um fervilhar de seres vivos e que as aves voem acima da terra, sob o firmamento do céu [...]. Que a terra produza seres vivos segundo sua espécie” (Gn 1, 20 e 24).

Assim, cada espécie pertence a um único elemento: foi daí que ela saiu, é aí que ela deve viver, deslocando-se com os órgãos previstos para esse elemento. O animal impuro é aquele que não respeita os planos de Deus. Se, por exemplo, animais marinhos se deslocam sobre patas, como os crustáceos, devem ser proscritos, pois vivem na água com órgãos terrestres. Outro caso: o dos pássaros que passam mais tempo na água do que no ar, transitando também entre dois reinos. Várias aves citadas como impuras são pássaros aquáticos: “a gaivota”, “o alcatraz”, “o cisne”, “o pelicano”, “as diferentes espécies de garça”. Também não se admite que outro animal feito para voar viva na terra e não no ar: “a avestruz” é mencionada entre os animais impróprios para o consumo.

Os insetos que se mexem no chão sem usar as asas que têm são condenados da mesma maneira: “Todos os insetos alados que cami-

nham sobre quatro patas serão para vós imundos” (Lev 11, 20). Uma única exceção, bem significativa, é a dos insetos que “saltam sobre a terra” em vez de “andar”. Saltar é uma maneira intermediária de se locomover, entre o caminhar e o voar. É quase um voo, deve ter julgado o Levítico, que tolera o consumo de gafanhotos; mas o problema não é tão simples assim, já que o Deuteronômio prefere proibir todos os insetos.

Também se mexem no chão vários animais que têm patas mas que, como as serpentes, rastejam com o ventre na terra. Por esta razão, são decretados impuros “dentre os animais que rastejam pela terra: a toupeira, o rato e as diferentes espécies de lagartos, o gecko, a tartaruga, a salamandra, o lagarto da areia e o camaleão” (Lev 11, 29-30). Estes animais vivem mais sob a terra do que sobre ela; eles não foram bem “produzidos” pela terra, como diz o Gênesis: “Que a terra produza...”. Eles não são exatamente “criados”.

EM NOME DA ORDEM DO MUNDO

As regras alimentares revelam-se relacionadas com as crenças religiosas que permitiram a transformação de tribos semíticas mais ou menos aparentadas, algumas gerações após a saída do Egito (geralmente situada em torno do século XIII a. C.), em um povo unificado. No centro dessas crenças impõe-se a idéia de que um deus específico — que, muito mais tarde, se tornará o único Deus que possa existir — escolheu, dentre todos, um povo para ser seu povo e realizou uma aliança com ele. Os termos da aliança implicam uma obediência absoluta por parte dos contratantes.

Aparentemente, foi por volta do século VIII a.C. que o deus de Israel começou a ser conhecido como o criador do universo. Então, ficou ainda mais imperativo para os hebreus respeitar, na vida cotidiana, a ordem que rege o mundo desejado por esse deus. Essa ordem, segundo os israelitas a conceberam, encontra sua expressão mais fiel no mito de abertura da Bíblia (que deve ter sido redigida no século VI ou V a.C.). O processo de criação intervém sobre um estado indiferenciado, que o texto chama de *tobu* e *bobu* (“o deserto e o vazio”) e que não é exatamente o nada, como se diz de modo superficial, pois, antes da criação do mundo, já há “as trevas” e “as águas”, isto é, uma dupla matéria sem forma (Gn 1, 2). A Criação é descrita como um encadeamento de divisões que começa pela separação das trevas — “Deus separou a luz das trevas” (Gn 1, 4) e continua com a separa-

ção das águas: “o firmamento” (o céu) vem separar as águas de cima das de baixo. Em seguida, é a terra que nasce de uma separação das águas de baixo. Depois, os animais são criados, em três categorias bem definidas, ligadas aos três meios agora distintos.

Assim, as diferenças que o homem observa na natureza não são arbitrárias. Elas manifestam os desígnios do Criador. Respeitá-las é um dever religioso e, mais ainda, a condição para que seja mantido o pacto que assegura aos israelitas a proteção do Altíssimo. A essa altura, o sagrado e o profano se confundem. As regras alimentares revestem-se da mesma importância que o culto. Todas as atividades sociais se inserem numa rede de obrigações e proibições que a Bíblia relaciona com a revelação do Sinai e engloba sob um termo único: a Lei.

A Lei de Moisés, exposta nos primeiros cinco livros da Bíblia, seção que a tradição judaica chama justamente de a Lei (a Tora), funda-se sobre a idéia essencial de que a abolição das distinções é um mal. Um animal que oscila entre duas categorias, que, por exemplo, confunde as fronteiras entre os animais do ar e os da água, não pode ser consumido. Os animais foram criados “cada um segundo sua espécie”. Os que pertencem a duas espécies diferentes têm a marca de uma intervenção do Mal na Criação (o mito do Gênesis atribui esse papel à serpente).

Se o homem consumisse esses seres mistos, seria cúmplice do Mal e se contaminaria com ele, incorporando-o. Ele também seria cúmplice do Mal se decidisse abolir, na vida social, de qualquer forma que fosse, a separação das espécies. Não somente é proibido, por exemplo, “jungir” um cavalo e uma jumenta (Lev 19, 19), mas, também, não é permitido “lavar” atrelando “um boi e um asno juntos” (Dt 22, 10). Um campo deve ser um campo de trigo ou de cevada, não pode ser os dois ao mesmo tempo: “Não semearás no teu campo duas espécies diferentes de sementes” (Lev 19, 19). Um homem pode usar uma roupa de lã ou de linho, mas não uma mistura dos dois: “Não usarás uma roupa de duas espécies, híbrida” (Lev 19, 19 e Dt 22, 11).

Essas proibições devem ser comparadas com a condenação absoluta (a sentença prevista é a morte) que atinge a homossexualidade (Lv 18, 22). Um ser humano é homem ou mulher. Não pode ser um e se comportar como o outro, ser “híbrido”. A proibição se estende até as roupas: “Uma mulher não usará um artigo masculino e o homem não se vestirá com roupas de mulher” (Dt 22, 5).

No incesto, também punido com a pena capital, é a distinção entre dois tipos de relação que é abolida. O primeiro exemplo que se dá é o do incesto entre mãe e filho: “Esta é tua mãe, e tu não descobrirás a sua

nudez" (Lev 18, 7). A formulação parece tautológica (não dormirás com tua mãe porque ela é a tua mãe) e não servir como explicação. Na realidade, é preciso entender: uma mulher não pode ser, ao mesmo tempo, para o mesmo homem, a mãe e a esposa, ser híbrida. As relações sexuais devem ser dissociadas das relações de parentesco. É algo relacionado com a ordem do mundo. O tabu do incesto não é mais fundamentado em considerações de ordem médica do que as proibições alimentares.

Assim se esclarece o sentido daquela proibição que, caso único, é repetida três vezes: "Não cozerás o cabrito no leite de sua mãe". O que se procura evitar é um incesto culinário: não se deve colocar uma mãe e seu filhote num mesmo caldeirão, do mesmo modo que uma mãe e seu filho não devem ocupar o mesmo leite. O fogo da cozinha e o calor erótico são análogos: eles podem conduzir, pela fusão dos elementos, à confusão entre as diferenças. Nada melhor que o tabu do incesto (de longe, o mais forte de todos, como bem sabem etnólogos e psicanalistas) para explicar a ampliação dessa proibição alimentar no judaísmo pós-bíblico: ao longo dos séculos, para multiplicar os obstáculos, não apenas o cabrito mas também nenhum outro animal poderá ser cozido no leite, qualquer que seja a origem deste leite. Mais ainda, há o medo de que, se não for no mesmo caldeirão, seja mais tarde, no mesmo estômago, que ocorra o encontro entre um alimento relacionado com a mãe e outro, com o filho. Será, então, proscrito não somente todo prato que misture carne e leite, mas, também, o consumo desses dois alimentos, durante a mesma refeição: se esta inclui carne, deverá excluir todo laticínio, por exemplo, o queijo.

○ MAIS PRÓXIMO DAS ORIGENS

Para ser comestível pelo homem, um animal deve respeitar o lugar que lhe foi fixado no plano da Criação, e o homem, para se alimentar, não deve fazer nada que possa perturbar essa ordem. Mas isso não é tudo. Mesmo quando a sua espécie é considerada pura, um animal pode ser proibido se, individualmente, ele apresenta uma anomalia em relação a sua espécie:

"Se um homem oferecer ao Senhor um sacrifício pacífico, para cumprir um voto ou como dom voluntário, de gado graúdo ou miúdo, para ser aceito o animal deverá ser perfeito, não deverá ter nenhuma deformidade. Não oferecereis ao Senhor animal cego, estropiado, mutilado, ulceroso, com dartos ou purulento. Não fareis deles um holocausto ao Senhor sobre o altar (Lev 22, 21-22).

Não se trata somente de oferecer ao Senhor os animais cuja perfeição combina com a perfeição divina: este tipo de sacrifício, chamado "pacífico", é obrigatório para quem quer comer carne (Lev 17, 3-5). Assim, um animal só pode ser consumido se não apresentar qualquer defeito físico. Na alimentação autorizada, a integridade é um componente da "pureza".

Daí, comer um animal castrado, seja boi ou carneiro, seria uma abominação. Castrar um touro seria tão grave quanto cruzar um cavalo e uma jumenta para obter um mulo. Nos dois casos, contrariaríamos a vontade do Criador.

Esse respeito para com a Criação também tem como consequência o princípio que estabelece que um alimento vegetal é tanto mais puro quanto mais próximo ele é do seu estado original. Os alimentos derivados, que passaram por uma elaboração modificando seu caráter natural, ainda que sejam comestíveis, não podem fazer parte dos sacrifícios. É o que acontece com o mel com que sonhavam os hebreus no deserto: é proibido oferecê-lo como oblação. O mel não é um alimento criado tal e qual pelo Criador. Também é o caso do pão, que resulta de uma transformação de cereais sob a ação do fermento. Nas oblações (sacrifícios de produtos vegetais pelo fogo), oferece-se farinha ou pão sem levedura, mas nunca o pão fermentado. Outro exemplo: durante os sete dias em que se celebra a Páscoa, para comemorar, ao mesmo tempo, a saída do Egito, o nascimento da nação israelita e o começo do ano religioso, nessa festa das Origens em que o povo é convidado a se lembrar dos desígnios do Criador, só se pode consumir pão ázimo¹.

As prescrições negativas em torno das oblações citam lado a lado, "fermento e mel", além de toda "coisa fermentada" (Lev 2, 11). Não é portanto surpreendente se, em outro capítulo (Lev 10, 9), é o vinho, ou qualquer outra "bebida fermentada", que é vedado aos sacerdotes. Os homens chamados para realizar os sacrifícios devem mostrar que são extraordinariamente puros. É preciso que não tenham qualquer defeito físico (Lev 21, 17), como os animais que devem sacrificar. Não devem apresentar ao fogo do altar alimentos derivados e, quando estão celebrando, não devem consumir produtos fermentados que possam alterar o seu discernimento.

1. Pão sem fermento.

O PORCO, UM ANIMAL SUSPEITO

Se essas diferentes análises dão conta de várias proibições, elas ainda não nos permitem elucidar a mais conhecida de todas: a que atinge a carne de porco. O porco (tanto o doméstico quanto o javali) é um animal terrestre que se desloca no chão com patas totalmente normais. Tem “o casco fendido, partido em duas unhas”, característico dos animais puros. A Bíblia reconhece isso, mas há um “porém”: “Ele não ruma” (Lev 11, 7 e Dt 14, 8).

Para compreender o que interessa aqui, convém voltarmos ao Gênesis e introduzirmos um novo parâmetro, a fim de chamar a atenção para uma distinção que se faz entre os alimentos vegetais e a carne. Deus concede uma alimentação muito precisa aos animais que acabou de criar: “A todas as feras, a todas as aves do céu, a tudo o que rasteja sobre a terra, a tudo o que é animado de vida, eu dou como alimento toda a relva verde” (Gn 1, 30). Devemos entender toda relva verde e, apenas, a relva: nada de animais que se comam entre eles, que se matem para se devorar, eles que são “animados de vida” como o homem. Os carniceiros não foram previstos nos planos de Deus. São os mais impuros dentre os animais impuros. E, realmente, a enumeração de aves que devem ser proscritas, no Levítico e Deuterônimo, começa por uma lista de aves de rapina: “A águia, o abutre-barbudo, o grifo, o açor, o abutre, o corvo”. Em relação aos animais terrestres, são mencionados os carnívoros, que devem ser evitados. Para isso, o critério usado é a rumação: os bovinos e os ovinos, que são mais conhecidos e que, com toda certeza, só comem erva, mastigam-na de novo depois de tê-la engolido. Duplamente herbívoros, eles são duas vezes puros. Os suínos, ao contrário, não ruminam, o que os torna suspeitos. E com razão: pois, se os suínos são herbívoros, são também carnívoros, e o fato de serem os dois ao mesmo tempo, na concepção de uma sociedade que manifesta tanta aversão à hibrididade, só pode mesmo confirmar o seu caráter impuro.

Aparentemente, temos aqui um critério universal: todos os ruminantes são unicamente herbívoros. Os hebreus poderiam ter parado por aí. Por que incluir então, como complemento, o formato da pata? Sem dúvida, porque era preciso encontrar um critério aplicável aos animais selvagens, cujo regime alimentar não era bem conhecido.

É difícil observar a rumação de longe. A prova disso é que a Bíblia classifica a lebre entre os ruminantes, o que é um erro: a lebre é um roedor. Foi necessário encontrar um critério anatômico (facilmente observável num animal selvagem morto) para reforçar o critério fisioló-

gico (só aplicável com certeza aos animais domésticos). E, por dedução, os hebreus estabeleceram uma relação racional entre a pata de um animal e seu regime alimentar, entendendo que os animais munidos de casco fendido (“partido em duas unhas”) em vez de garras, são em princípio herbívoros, porque não têm um meio específico para agarrar a presa. Será que o critério do casco era suficiente? Quase, mas nem sempre: ele deixa passar os porcos e javalis, que são onívoros. Daí, a necessidade de recorrer a um critério duplo para localizar os animais unicamente herbívoros.

Esse excesso de precauções acaba excluindo animais que só comem erva, como a lebre ou o camelo, só porque não têm a pata exatamente conforme a que foi fixada pela norma: a pata que termina em dois dedos cobertos com uma carapaça (o “casco fendido”). Toda variação em relação a este modelo é vista como um defeito, e o animal é proscrito.

A PROIBIÇÃO DO SANGUE

Ainda que um animal pertença a uma espécie considerada como pura e não apresente qualquer anomalia em relação ao tipo ideal da espécie, ele só é comestível com a condição de que dele se retire todo o sangue. Por que razão?

Mais uma vez, a chave do problema está no mito da Criação. Não é só a comida dos animais que Deus fixou de maneira precisa, mas também a dos homens.

Estes são privilegiados em relação aos animais, na medida em que, para eles, não foi reservada a “relva verde”, mas as plantas com sementes e as árvores frutíferas (Gn 1, 29); porém, do mesmo modo que os animais, eles não têm direito de comer os seres vivos. Adão e Eva foram criados como vegetarianos. Além disso, o fruto de duas árvores é proibido para eles (a alimentação está muito presente na Bíblia, desde o Gênesis!). Uma vez infringida a proibição relativa à primeira árvore — a Serpente os tentou dizendo: “Sereis como deuses!” —, Deus exclamou:

“Eis que o homem já é como um de nós, versado no bem e no mal. Que agora ele não estenda a mão e colha também da árvore da vida, e coma e viva para sempre!” (Gn 3, 22).

Para situar melhor esse texto, é preciso saber que a religião hebraica (ao contrário de outras que afirmam a proximidade entre o homem e a divindade e buscam a fusão de um no outro) insiste no abis-

mo que separa o homem de Deus — um Deus que não é representável, como ensinam os dez mandamentos. A vida pertence exclusivamente a esse Deus (chamam-no, muitas vezes, de “o Vivente”, jura-se “pela vida do Senhor”); os homens e animais só recebem dele uma centelha temporária (a idéia de que possa haver uma vida após a morte só aparece no judaísmo um milhar de anos após Moisés, é uma concepção pós-bíblica).

Assim, entendemos por que Adão e Eva não deviam comer da árvore da vida. Nem consumir carne: ao matarem animais para comer, eles usurpariam o território do Vivente. Só a divindade que dá a vida é que pode retirá-la. O imperativo “Não matarás” dos dez mandamentos tem em vista a morte do homem pelo homem, mas, também, se relaciona com uma proibição mais original: a que é feita a todo ser vivente, homem ou animal, de atentar contra a vida de um ser vivente, seja homem ou animal. É preciso esperar o Dilúvio, após o qual começa uma nova humanidade, como se fosse uma nova Criação, para que o homem seja autorizado a comer carne (Gn 9, 3). O que, menos do que uma recompensa, é uma maneira de ter em conta o instinto do Mal que há nele (Gn 8, 21).

De todo modo, é necessário respeitar duas obrigações ao se comer carne. É preciso, em primeiro lugar, proceder a um sacrifício para que a imolação do animal não possa ser vista como um assassinio. Se um homem ansioso para comer carne matar um animal sem recorrer ao ritual prescrito, ele também será morto. A lei de talião (“vida por vida, olho por olho, dente por dente”, Ex 21, 23) é aplicável a ele: “tal homem responderá pelo sangue derramado e será eliminado do meio do seu povo” (Lev 17, 4). Em segundo lugar, o sangue que, para os hebreus, representa o princípio vital, deve ser derramado no altar em oferenda a Deus. O que vem do Vivente a ele retorna. Ao conceder a Noé o direito de comer animais, Deus acrescentou: “Mas não comereis a carne com sua alma, isto é, o sangue” (Gn 9, 4). Assim, continua a ser mantida a distância fundamental que separa o homem da divindade. A proibição do sangue é uma das mais fortes do judaísmo. Ainda hoje, para que uma carne seja conforme a Lei, é preciso que dela tenha sido extraída a mínima gota de sangue.

A decifração das regras alimentares revela a sua lógica sem que se possa determinar a parcela inconsciente e a parcela consciente que presidiram a sua elaboração, ao longo de vários séculos. É claro que os homens que respeitavam essas prescrições ignoravam sua razão de ser e não procuravam conhecê-la. Bastava-lhes aplicá-las para manifestar a sua fidelidade a Deus.

Só falta nos perguntarmos a que poderiam servir todas essas restrições impostas à alimentação (pois há muitas outras maneiras de honrar a divindade). A resposta se encontra, da maneira mais explícita, na Bíblia:

“Sou eu, o Senhor, vosso Deus, que vos separei desses povos, e assim fareis distinção entre o animal puro e o impuro, entre a ave pura e a impura, e não vos torneis vós mesmos imundos por causa de animais, de aves e de tudo o que rasteja sobre a terra, em suma, de tudo o que separei de vós, como impuro” (Lev 20, 24-25).

Nessa ordem de mundo em que tudo se funda em uma rede de “separações”, o povo hebraico não deve se misturar com os outros povos. Ele é definido como “um povo que vive à parte e não é classificado entre as nações” (Num 23, 9). É por isso que os israelitas não devem partilhar as refeições dos *goyim*. A alimentação prescrita serve de isolamento. A proibição dos alimentos “impuros” exerce o mesmo papel que a proibição dos casamentos “mistos”, entre hebreus e estrangeiros (Dt 7, 3). Em última instância, pouco importa de que é constituída essa comida, desde que ela se diferencie da dos povos ao redor. Com a simples ressalva de que as diferenças indispensáveis não são sem importância: elas foram elaboradas a partir de uma concepção do mundo que dá ao povo hebreu a sua identidade.

A alimentação dos israelitas, sem nem de longe decorrer de considerações nutritivas, medicinais ou gastronômicas, é essencialmente, como Leonardo da Vinci dizia da pintura, “coisa mental”.

BIBLIOGRAFIA

- La Bible, I, L'Ancien Testament, sob a direção de Édouard DHORME, Paris, Gallimard, “Bibliothèque de la Pléiade”, 1956.
- Mary DOUGLAS, *Purity and Danger*, Londres, 1966 (trad. francesa: *De la souillure*, Paris, 1971, pp. 74-75).
- Jean SOLER, “Sémiotique de la nourriture dans la Bible”, *Annales ESC*, Paris, julho-agosto de 1973.